PODER

Gestão Lula na mão de Lira

Presidente da Câmara dá as cartas em pautas de interesse do governo, que não consegue formar base no Congresso

» HENRIQUE LESSA
» RAPHAEL FELICE

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



O destaque que Lira ganhou na segunda metade do governo anterior fez dele uma das figuras mais poderosas da República

Mesmo com a aprovação do novo arcabouço fiscal — uma das pautas prioritárias do governo —, muito comemorada pelo Planalto, as alterações feitas na medida provisória de reestruturação da Esplanada, que esvaziam os ministérios do Meio Ambiente e dos Povos Indígenas, e o aval à urgência para votar o marco temporal mostram que é o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), quem dá as cartas nas decisões importantes da política.

A expressiva aprovação do arcabouço fiscal — por 372 votos a favor, com 108 contra —, mais que uma demonstração de força do governo, como tenta fazer crer o Planalto, sinaliza o poder de Lira no Congresso. O parlamentar adotou o projeto, indicando um relator aliado, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA), que implementou mudanças que desagradaram o campo mais à esquerda da base governista.

O cenário demonstra que o governo ainda precisa construir um maior número de aliados, pois está longe de obter consenso nos partidos que, teoricamente, compõem sua base no Parlamento, alguns, inclusive, com representantes na Esplanada dos Ministérios. Sem poder contar totalmente com a pequena e desunida bancada da esquerda na Câmara e longe da forte aderência dos outros aliados, como PSD, MDB e União Brasil, o Executivo tem pela frente o desafio de jogar cada vez mais no time do Centrão, um meio de campo onde Lira tem a posse de bola.

Reservadamente, um deputado federal do PP ressaltou que o governo Lula "perde tempo" nesses seis meses ao não ter fechado, já no apoio às reeleições de Lira e do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), compromissos do PP e do Republicanos.

"Naquele momento (eleições do Congresso), já deveria ter feito composição com o PP e com o Republicanos. O PL acabou 'bolsonarizando demais', mas, historicamente, é um partido que compõe bem essa base. E mesmo com os bolsonaristas, deram 30 votos ao marco fiscal", destacou. "Sempre foi assim, não adianta querer mudar a roda. Vai ter de ceder, mais cedo ou mais tarde. Aí, o Planalto comemora a falsa vitória. O arcabouço não foi vitória do governo, foi vitória do Lira e do relator (Cláudio Cajado)", enfatizou o parlamentar. No primeiro mandato de Lula, o seu vice, José de Alencar, era integrante do PL.

Em entrevista ao **Correio**, nesta semana, Cajado disse que, enquanto o governo mantiver a política de negociar projeto por projeto, e não obtiver uma base mais sólida, seguirá exposto a surpresas, como aconteceu com o caso do marco do saneamento, da MP da Mata Atlântica e na própria MP da reestruturação da Esplanada.

Segundo analistas e integrantes do Congresso, de diferentes posições ideológicas, Lula deve agora focar na pauta econômica, como redução do custo de vida e geração de empregos. Só depois de "deixar a maioria da população feliz" pode pleitear pautas vistas como "identitárias".

O professor de ciência política Valdir Pucci entende que o peso do Congresso se tornou uma tendência desde a gestão Jair Bolsonaro. "Na política, o êxito se mede pela popularidade, e isso envolve muito a questão econômica. Então, Lula precisa gerar o crescimento econômico. Aí, sim, com popularidade alta e, consequentemente, com mais poder, pode voltar a essas pautas", comentou. "Lira é o grande articulador. Por isso, vejo que Lula deve enxergar essa nova forma de fazer política. O Congresso agora tem de ser visto como detentor de parte do poder político, e não subserviente ao Executivo", acrescentou.

O destaque que Lira ganhou na segunda metade do governo Bolsonaro, por meio, principalmente, das emendas do orçamento secreto, fez dele uma das figuras mais poderosas da República.

Hoje, mesmo sem o orçamento secreto, o presidente da Câmara detém forte influência sobre o Centrão. E, além de ter conseguido manter uma parte das emendas, é visto como um "cumpridor de acordos".

As últimas votações indicam que Lira segue pressionando o governo e cobrando caro pelo apoio aos projetos do Planalto. Enquanto isso, a articulação política, ao cargo do ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e a coordenação do governo, sob controle do ministro da Casa Civil, Rui Costa, seguem patinando e provocando críticas tanto no Congresso quanto dentro do próprio Executivo.

CPMI DO 8/1

Enxurrada de requerimentos

» ÂNDREA MALCHER
» TAÍSA MEDEIROS

Em pouco mais de 24 horas, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investigará os atos golpistas de 8 de janeiro recebeu 436 requerimentos. Entre os quais, há pedido de convocação, por exemplo, do ex-presidente Jair Bolsonaro e do ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal Anderson Torres — que foi preso por suspeita de omissão nos ataques. Além de ouvir eventuais envolvidos, os parlamentares solicitam documentações e quebras de sigilo (**veja quadro**).

A relatora da CPMI, senadora Eliziane Gama (PSD-MA), disse que o alto número de requerimentos apresentados "demonstra o alto grau de complexidade do trabalho que enfrentaremos". "Temos uma missão, pautada pelo equilíbrio, que é a de apurar diligentemente fatos, atos e provas para produzir um justo parecer sobre os episódios que culminaram no 8 de janeiro. E esse rigor nós teremos diuturnamente", afirmou ao **Correio**.

Alguns integrantes da CPMI — instalada na quinta-feira — se destacam pelo número de requerimentos protocolados. Um deles é o senador Izalci Lucas (PSDB-DF). Ele já deu entrada a 98 pedidos. Na avaliação do parlamentar, um dos principais requerimentos foi o de comparecimento de Torres no colegiado.

"O Anderson (Torres) é o seguinte: vários vão fazer (pedido de convocação para depor), não só eu. Quem faz o requerimento tem espaço para conversar mais, o tempo é maior", explicou. "A minha situação é a seguinte: ninguém quer passar a mão na cabeça de ninguém. Acho que cada um vai pagar pelo que fez, pela ação", acrescentou.

Além do ex-ministro da Justiça, o senador protocolou requerimentos para convocar figuras-chave das equipes de segurança do Distrito Federal. Entre os nomes, estão a coronel Cíntia Queiroz de Castro, subsecretaria de Operações Integradas; o coronel Jorge Eduardo Naime Barreto, responsável pelo Departamento Operacional da Polícia Militar do DF; o coronel Fábio Augusto Vieira, ex-comandante da PM; e o delegado Júlio Danilo, ex-secretário da SSP-DF.

"Não posso e não vou deixar o DF pagar essa conta sozinho, porque temos elementos para demonstrar que isso poderia ter sido evitado, que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) alertou 40 instituições de inteligência", frisou Izalci. "Todo mundo sabia que a Abin tinha alertado, a própria Secretaria de Segurança Pública do DF fez um relatório. Então, alguém poderia ter evitado isso. É o que queremos ver."

Pedidos protocolados

Mais de 400 requerimentos foram protocolados na CPMI em pouco mais de 24 horas

» 244 de convocação para depoimentos

» 47 de quebras de sigilos bancários, telefônicos e telemáticos

» 98 de compartilhamento de informações para instituições como Agência Brasileira de Inteligência (Abin); Câmara Legislativa do DF; Ministério Público Federal (MPF); Supremo Tribunal Federal (STF); Polícia Civil do DF; Força Aérea Brasileira (FAB); Gabinete de Segurança Institucional (GSI); Centros de Inteligência do Exército e da Marinha; entre outros

» 1 de convocação do ex-presidente Jair Bolsonaro

Fonte: Senado

***Contabilizado pelo Correio até 20h30 de ontem**

Vandalismo

Em 12 de dezembro, extremistas bolsonaristas vandalizaram a área central de Brasília. Eles incendiaram veículos particulares e ônibus e tentaram invadir a sede da Polícia Federal. A baderna começou depois da detenção do cacique Serere Xavante, apoiador do então presidente Jair Bolsonaro. A prisão foi pedida pela Procuradoria-Geral da República porque o indígena teria incitado atos antidemocráticos.

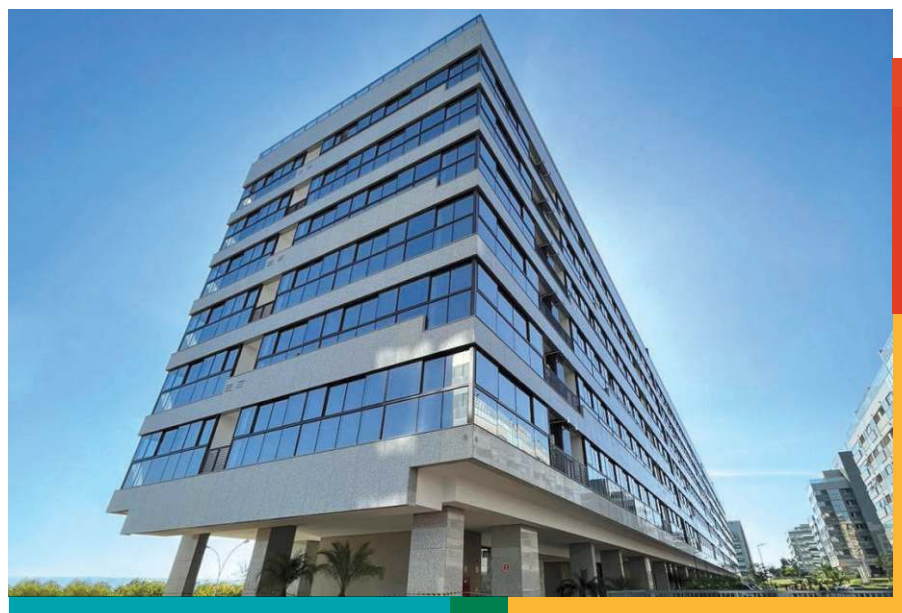
Caráter pedagógico

O deputado Duarte (PSB-MA), um dos titulares da comissão, opinou que a composição da CPMI ocorreu de forma democrática, pois reúne líderes de diferentes partidos. "Nossa linha de investigação é formada no sentido da responsabilidade daqueles que foram omissos desde o **12 de dezembro**, em que ninguém foi preso, não teve consequência", frisou. "Essa omissão precisa ser apurada, porque, quando se fala de multa, pena, prisão, tem de ter caráter pedagógico, para mostrar que aquela prática não vai compensar."

Para o parlamentar, a convocação de Bolsonaro deve ocorrer, mas apenas quando os trabalhos avançarem. "Não é razoável chamá-lo agora. Tem de ter elementos para poder interrogar. Chamar agora é oportunismo político", destacou.

RESIDENCIAL NÍVIO GONÇALVES

VIVA O MELHOR DO NOROESTE.
CONHEÇA O RESIDENCIAL NÍVIO GONÇALVES



C O N V I T E

É com muita alegria que a PaulOOctavio convida para a inauguração do **Residencial Nívio Gonçalves.**
Um empreendimento exclusivo com apartamentos de **2 ou 3 quartos** e coberturas duplex, metragens de **73 a 170 m²** e até 2 vagas de garagem.

27 DE MAIO
10H ÀS 14H
SQNW 307 BL. I e J

ACESSE E SAIBA MAIS

PaulOOctavio®
61 3326.2222
www.paulooctavio.com.br